



## GEOGRAFIA E RACIALIDADES: AS MULHERES QUE PRODUZEM O CAMPO CIENTÍFICO<sup>1</sup>

Cíntia Cristina Lisboa da Silva<sup>2</sup>  
Lorena Francisco de Souza<sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho aborda a compreensão de gênero e raça como marcadores de diferenciações e privilégios na produção científica da geografia brasileira, em especial sobre as racialidades. Tal objetivo se deu por meio de um levantamento feito no Observatório da Geografia Brasileira que possui atualmente 25.437 artigos catalogados de 1939 a 2019. A busca ocorreu através dos termos: “raça, racialidade, negro, negritude, etnicidade, etnia, quilombo, quilombola, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, étnico-racial, movimento negro e Lei 10.639”, resultando em 452 artigos. Foram exploradas as características de gênero e da procedência institucional das autorias. Os resultados evidenciam que há uma predominância masculina nas autorias sobre racialidades, além de indicar a concentração da discussão no centro-oeste, e sudeste brasileiro.

**Palavras-chave:** Geografia e gênero, Geografias negras, Produção científica, Artigos online.

### ABSTRACT

Ce travail aborde la compréhension du genre et de la race en tant que marqueurs de différenciation et de privilèges dans la production scientifique en géographie brésilienne, en particulier sur les racialités. Cet objectif a été atteint grâce à une enquête menée à l'Observatoire Brésilien de géographie, qui compte actuellement 25 437 articles catalogués de 1939 à 2019. La recherche a eu lieu à travers les termes: “race, racialité, noir, négretude, ethnicité, ethnique, quilombo, quilombola, indigène, communauté traditionnel, originaire, Indien, ethnique-racial, mouvement nègre et Loa 10.639”, résultant en 452. Les caractéristiques du genre et l'origine institutionnelle de la paternité ont été explorées. Les résultats montrent qu'il y a une prédominance masculine dans la paternité sur les racialités, en plus d'indiquer la concentration de la discussion dans le centre-est et le sud-est du Brésil.

**Mots-clés:** Géographie et genre, Géographies noires, Production scientifique, Articles en ligne.

### INTRODUÇÃO

A proposta aqui analisada se refere aos resultados parciais de uma dissertação de mestrado que tem como objetivo compreender como o gênero e a raça compõem marcadores de diferenciações socioespaciais na vida de mulheres negras pesquisadoras de temáticas étnico-raciais na área da geografia.

Para que o objetivo fosse alcançado fizemos um levantamento no Observatório da Geografia Brasileira – OGB, que possui atualmente 25.437 artigos *online* catalogados de 1939

<sup>1</sup> Este trabalho apresenta os resultados parciais da dissertação de mestrado, cuja CAPES é o órgão financiador.

<sup>2</sup> Mestranda em Gestão do Território – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, [cintia.slisboa@gmail.com](mailto:cintia.slisboa@gmail.com);

<sup>3</sup> Professora no curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – UEG, [lorena.souza@ueg.br](mailto:lorena.souza@ueg.br);



a 2019 e está vinculado à Universidade Estadual de Ponta Grossa. A busca ocorreu através dos termos: “raça, racialidade, negro, negritude, etnicidade, etnia, quilombo, quilombola, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, étnico-racial, movimento negro e Lei 10.639”, resultando em 452 artigos que possuíam um ou mais dos termos buscados.

Foram exploradas as características de gênero e da procedência institucional das autoras, sobretudo a partir de uma leitura atrelada ao feminismo negro e a discussão de centro x periferia para pensarmos os atravessamentos oriundos pelas colonialidades na vida das mulheres negras e as instituições consideradas de excelência e periféricas nessa produção.

A pesquisa se ancora na necessidade de análises interseccionais no que diz respeito às hierarquias de raça, gênero e origem sobre parte do pensamento geográfico brasileiro, pois já é sabido que esses três marcadores sociais (raça, gênero e origem espacial) influenciam em como pessoas são lidas socialmente e imaginadas, o que nos faz pensar na ligação do imaginário brasileiro sobre mulheres negras e pessoas produtoras do conhecimento.

A universidade, como mais uma vitrine das desigualdades provenientes de diferentes colonialidades, nos mostra diferenciações espaciais no seu consumo, produção e organização, o que por sua vez gera marcas neste espaço. Um exemplo é visto quando pensamos em “cientistas”, pesquisadoras/es”, “produtoras/es de intelectualidades”, etc, massivamente temos como grandes nomes e referências homens brancos e é por isso que intelectuais apontam a ciência, e aqui estamos falando sobretudo da geografia, como portadora de uma cegueira de gênero (MONK, HANSON, 2016 [1982]) e acrescentamos, uma cegueira racial combinada ao gênero.

Quando falamos sobre as marcas no espaço da universidade, estamos também falando sobre quem tem acesso e condições de permanência neste ambiente, e como os dados nos mostram, esse espaço é marcado por um predomínio de homens e mulheres brancas. Sendo assim, isso se reflete quantitativamente no número de autoras e autores negros que temos como referência e que vemos publicando, a exemplo dos próprios dados aqui apresentados.

A reprodução natural de uma ciência que na sua teoria e prática reforçam tais desigualdades e hierarquias impulsionam a vontade e justificativa de realização desta pesquisa que, na sua fase final, almeja ir além de apresentar a conformação das mulheres negras produtoras de conhecimentos sobre racialidades na geografia, valorizando a intelectualidade acadêmica dessas mulheres.

Para tanto, neste trabalho apresentamos a seguinte organização: após esta breve introdução há uma síntese da metodologia, que está em desenvolvimento, onde focamos na parte inicial do levantamento e pré-análise dos dados oriundos do OGB. Em um segundo



momento parte do referencial teórico à luz das temáticas do feminismo negro, centro e periferia e colonialidades são trazidos à tona em sua relação com a pós-graduação em geografia. Para finalizar apresentamos os dados iniciais, que mostram como a temática de racialidades na geografia é produzida e publicizada por maioria de homens ligados a instituições do sudeste, sul e centro-oeste, em diálogo com parte do referencial teórico seguido das conclusões e referências utilizadas.

## **METODOLOGIA**

Por se tratar de uma pesquisa que se encontra em andamento as informações trazidas e aqui analisadas correspondem aos dados quantitativos e início de possíveis caminhos a serem seguidos, de acordo com o que os dados mostram. Os passos realizados até então correspondem ao levantamento bibliográfico sobre os temas/conceitos de racismo, gênero, ciência, divulgação científica, feminismo, feminismo negro e colonialidades, em um primeiro momento de forma ampla e posteriormente na sua relação com a geografia. Concomitante as leituras e fichamentos estávamos coletando os dados (artigos) no OGB.

O levantamento no OGB se deu através de termos como: “raça, racialidade, negro, negritude, etnicidade, etnia, quilombo, quilombola, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, étnico-racial, movimento negro e 10.639<sup>4</sup>”, resultando em 452 artigos encontrados entre os 25.437 artigos, o que corresponde a 1,8% da discussão nacional sobre racialidades na geografia e um alerta. O que compreendemos e apresentamos enquanto dados referem-se aos 452 artigos *online*, dentre os 25.437, que foram encontrados no OGB acerca da discussão de racialidades no período de 1939 a 2019.

Após encontrarmos o resultado de quantos artigos *online* apresentam a discussão de racialidade na geografia nacional (452) passamos a sistematização e pré-análise qualitativa dos mesmos. Para tal, uma tabela foi criada no Excel possibilitando a organização dos artigos por: palavras-chave, periódico publicado, ano de publicação, Qualis, procedência institucional da/o primeira/o autor/a, e gênero masculino e feminino (em momento inicial em relação a primeira autoria e depois para todas/os autoras/es envolvidas/os).

A partir dos parâmetros utilizados para explorar as fontes de pesquisa, algumas questões direcionaram a organização dos dados em tabelas e posteriores gráficos e

---

<sup>4</sup> Este número se refere à lei que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas nos níveis fundamental e médio.



cartogramas. Desta forma, focamos em buscar os resultados que refletiam a presença e quantidade de homens e mulheres produzindo na temática, em primeira autoria ou autoria conjunta e as regiões e instituições que mais divulgam tais trabalhos (pensando que não necessariamente publicamos na mesma região ao qual produzimos).

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Lorena Souza (2007) ao fazer uma análise sobre as dimensões raciais e de gênero na ciência geográfica nos reafirma que “a mulher não pode ser vista apenas como constituinte de um gênero, mas também da sexualidade, da raça, da religião e da classe social” (p. 07) nos levando a refletir sobre a inclusão e exclusão que os marcadores, sobretudo os de gênero e raça, simbolizam na vida das mulheres produtoras de conhecimento na geografia, e aqui neste trabalho visto por meio das mulheres autoras sobre a temática de racialidades na geografia.

Quando pensamos no que geógrafas como Janice Monk e Susan Hanson (2016 [1982]; 1989), Maria García-Ramon (1985), Susana Silva (1998), Joseli Silva (2003; 2009), e Lorena Souza (2007; 2020), nos falam sobre a questão do gênero ser um marcador forte para a presença e legitimação da mulher na ciência, seja enquanto pesquisadora ou sujeita de análise, observamos na literatura que a geografia enquanto uma ciência androcêntrica, sexista e racista, vai secundarizar e silenciar determinadas pessoas da sua produção, em especial as mulheres e, mais ainda, as mulheres não brancas.

Ao compreendermos o espaço como não sendo neutro, o mesmo pode ser associado ao espaço acadêmico e a enunciação científica que dele é produzida, gerando marcas espaciais de ausências de determinados corpos, tanto na promoção científica, bem como na docência em graduação e pós-graduação, o que representa uma justificativa científica e política para a realização desta pesquisa onde objetivamos analisar como o gênero e raça afetam as mulheres que produzem o conhecimento geográfico sobre racialidades entre 1939 a 2019.

Há anos as geografias feministas e os estudos sobre a geografia e gênero vem nos alertando sobre os efeitos do gênero e das sexualidades no espaço, entretanto, ainda podemos ampliar o diálogo e análise por meio de outros marcadores, a exemplo da geração, raça, classe, religião, origem, corpo, etc. Ao pensarmos nas mulheres negras uma análise complexa e interseccional é colocada e quem escolhe ignorar um ou outro ponto o faz intencionalmente, a depender do assunto que tenha preferência para tratar.

Nesse sentido, refletimos também sobre a produção científica acerca de gênero e outras interseccionalidades na geografia ser apresentada, em sua maioria, por mulheres



geógrafas brancas, o que evidencia mais um dos efeitos da raça e do gênero na realidade acadêmica de mulheres negras.

No presente trabalho optamos por uma análise conjunta de gênero, raça e origem, por entender que cada um desses componentes afeta os imaginários sociais que há sobre as mulheres negras, as colocando em posição social contrária ao que pensamos como inteligentibilidade, beleza, inspiração, etc, cabendo a esse grupo de mulheres um pensamento que as projeta historicamente como a empregada doméstica ou mucama, mãe preta e a mulata (GONZALEZ, 1988), podendo ser entendidos como as imagens de controle, termo cunhado e trabalhado pela autora Patricia Hill Collins (2016).

E aproximando mais ainda da geografia esse debate, as mesmas críticas feitas ao feminismo universal também puderam ser reproduzidas no interior da geografia portadora de uma voz que se entende como neutra, universal e objetiva, o que certamente de fato não acontece. Cabe a nós geógrafas/es/os que entendemos a capacidade de renovação da ciência a defesa e ressignificação de termos, conceitos, ideologias, metodologias, métodos, etc que se apresentam como universalizantes, da mesma forma que tem acontecido nos movimentos sociais, a exemplo da disputa e renovação que tem transformado o feminismo em feminismos.

Cláudia Cardoso (2014) ao fazer uma leitura sobre Lélia Gonzalez e sua trajetória com o debate feminista, indica que a autora apesar de pontuar críticas ao feminismo hegemônico e propor uma mudança na prática feminista tradicional, também reconhece que é inegável o papel desempenhado nas lutas e conquistas feministas, tendo um papel crucial para o encaminhamento de diversas conquistas, além do fortalecimento de outros grupos. O que também reverberou na ciência geográfica com o desenvolvimento dos estudos de gênero e feministas, que muito avançaram, mas não “dão conta” de uma análise racializada das mulheres sem o desenvolvimento também de uma epistemologia negra.

Tal prática, seja a de estudos raciais sem o debate de gênero, sexualidade, etc ou estudos das sexualidades e gênero sem a raça, dentre outros inúmeros exemplos, podem gerar silenciamentos e não representatividade que significam afetos negativos para muitas pessoas, mas, por outro lado, a chance de mudança e de se melhorar com as críticas estão aí, afinal uma ciência não pode ser cristalizada, pelo contrário, deve estar aberta à multiplicidade.

O indicativo sobre a necessidade de refletirmos de forma conjunta extrapola a discussão da corporeidade se aproximando de aspectos religiosos, jurídicos e médicos, como apresentado por Lélia Gonzalez (1988) e por Judith Butler (2007), que entende que o sexo, assim como a noção de sexismo e de racismo, se baseiam em argumentos tidos como biológicos, identificados através da “natureza do corpo”, quando até o que entendemos



enquanto biológico ou natural também são resultados sociais e culturais e afetam o imaginário das feminilidades e masculinidades.

Lélia Gonzalez (1988) é a grande responsável pela categoria político-cultural de amefricanidade, relacionando seus estudos a uma discussão crítica da visão binária e biológica de gênero e raça, ao pensar o sexismo e o controle de imagens das mulheres negras na sociedade brasileira, entre outras contribuições importantíssimas para os estudos econômicos do Brasil, e no pensamento da autora já podíamos ver a indicação por uma análise conjunta de vários fatores.

Outro nome é Audre Lorde (2003), que também criticava a ideia do feminismo universal ao apontar a necessidade de se considerar as diferenças dentro da unidade, a exemplo das discussões que propunha sobre sexualidade e maternidade. Naquele momento ninguém fala em interseccionalidade ou complexidade, mas o que entendemos enquanto cerne desses dois pensamentos já era possível de ser observado na proposta defendida por Lorde.

Ela defendia que não existiam hierarquias de opressões e se usava como exemplo ao dizer que ela não era oprimida apenas por ser lésbica, por ser negra, por ser mãe ou por ser afroamericana, ela vivia tudo isso simultaneamente. E deste modo as hierarquias atuam conjuntamente sobre a vida das pessoas. Ao indicar os “entre-lugares”, Audre Lorde desenvolve um pensamento de não pertencimento a nenhum lugar, pois ao mesmo tempo que ela é descendente africana ela também é uma americana e ao mesmo tempo que ela pertence aos dois lugares, ela também não pertence a lugar nenhum. Assim, podemos pensar o mesmo no que diz respeito às pessoas afro-latino-americanas.

No Brasil quando pensamos em mulheres negras que são exemplos de uma resistência contra as imagens de controle, em especial com relação a educação, temos como expoentes Maria Firmina dos Reis, Antonieta de Barros e Carolina Maria de Jesus. As três intelectuais encontraram formas de atuação política de diferentes modos, sendo as primeiras mulheres negras com uma representatividade pública positiva (SILVA, SANTOS, 2021).

Maria Firmina escreveu o primeiro romance pós-abolição do Brasil e também é a representante do primeiro romance publicado por uma mulher negra na América Latina. Já Antonieta de Barros foi umas das primeiras mulheres na política, apenas nos anos 1932 as mulheres podem votar, e em 1934 ela se torna a primeira parlamentar negra eleita no país. E Carolina Maria de Jesus foi uma das primeiras autoras negras publicadas no país, escrevendo nas temáticas de romance, crônicas, contos, poemas, peças teatrais, etc.

A partir de 1960 já temos a entrada de algumas mulheres negras nas Universidades brasileiras, o que provocou um avanço não apenas para os feminismos, mas para a



compreensão da formação da sociedade brasileira, além de significar um grande fortalecedor para o movimento negro. Neste período que surgem nomes como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo e Sueli Carneiro.

O legado deixado por essas mulheres (em vida e em memória), nomes expoentes do feminismo negro nacional diz respeito a necessidade de rompermos com as imagens de controle, em especial sobre as mulheres negras, e isso se faz em uma disputa diária, para enfim reconhecermos que certamente elas são sujeitas ativas e não possuem nenhuma habilidade natural para atenderem ao estereótipo da mulata sensual, da mãe preta ou da empregada doméstica.

O feminismo negro contribuiu e muito para o avanço das discussões apontadas pelo feminismo universalizante em seu pertencimento racial e de classe, propondo novas perspectivas para entendermos a sociedade brasileira e/ou latino-americana. Ao apontar as diferenças nas pautas reivindicatórias de mulheres não-brancas, sobretudo mulheres negras, os movimentos feministas negros questionaram a hierarquização e priorização de determinadas opressões, na medida em que se compreende que as desigualdades não atuam de forma isolada e pontual, mas sim de forma conjunta e estrutural.

Ao pensarmos em como o debate do feminismo, sobretudo do feminismo negro, se incorpora a temas científicos, enxergamos imensas contribuições das mulheres na ciência, entretanto, muitas dessas contribuições não tiveram o devido mérito no passado, de acordo com Vitoria Silva, (2021). Atualmente essa discussão tem ganhado um protagonismo maior, o que para as meninas e jovens mulheres é excelente, pois serve para mostrar que a ciência, a universidade e o fazer pesquisa também podem ser espaços sociais para as mulheres ocuparem, o que pode ser um incentivo para as jovens cientistas do amanhã.

De acordo com a autora, essa luta não é apenas das mulheres em busca do seu espaço na ciência, mas de outras minorias políticas, como pessoas trans, negras, jovens, que são marginalizadas em uma ciência moderna, androcêntrica e sexista. A visão androcêntrica, ou seja, aquela que parte da visão do homem sendo um sujeito universal e tendo o seu ponto de vista como o padrão, se dá por toda a ciência desenvolvida na modernidade, o que podemos entender enquanto essa ciência moderna, que tem seu embrião em desenvolvimento desde o século XVI, na Europa, é a ciência que a partir do século XVIII começa a se institucionalizar – e permanece - nas Universidades que nasciam.

Uma geografia posicionada ou situada a partir de quem a produz é possível quando almejamos uma ciência que entende que as perspectivas críticas das diversidades e diferenças precisam explicitar seu posicionamento crítico, não sendo isolada dos contextos sociais,



culturais e políticos, ou seja, uma geografia feminista antirracista vai explicitar qual é o seu contexto de produção. E como já sabemos, todas, todos e todes estamos produzindo dentro do contexto da universalidade/universidade, onde a voz hegemônica é branca, masculina, cristã, heterossexual, militarizada e eurocêntrica.

Camila Santana (2019) nos diz que o processo de construção da ciência moderna, ao se ancorar na racionalidade produz uma lógica de exclusão a quem não se encaixar enquanto racional, ou seja, a todos que não são homens brancos eurocêntricos, o que representa uma exclusão que se pauta em gênero, raça, etnia, localidade de origem, língua, etc, que contribui para a deslegitimação de pessoas consideradas a “margem” da ciência, pois só o homem branco está no centro.

A autora ainda é incisiva ao dizer que uma ciência feminista deve se esforçar para romper com esses pressupostos de neutralidade, objetividade e racionalidade, pois isso está ligado a um sistema androcêntrico e sexista nas ciências, logo, se não problematizarmos a forma que a ciência é feita, poderemos criticar mas faremos mesmo do mais, o que por sua vez traz consequências negativas para as mulheres, pessoas não-brancas, pessoas que não estão nas regras heterocisnormativas, para jovens, etc.

Joseli Silva, Tamires Cesar e Vagner Pinto (2020) nos alertam sobre o fato de ser mulher gerar um impacto diferente na sua legitimação e seu reconhecimento enquanto intelectual, tendo em vista a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica e as reproduções androcêntricas e sexistas que existem na geografia. Monk e Hanson (2016 [1982]) ao pontuarem como o conhecimento é uma construção social, apresentam que o mesmo será um reflexo de pensamentos e ideologias de quem produz determinada pesquisa. Alinhada a manutenção do *status quo*<sup>5</sup>, a geografia pouco tem dado atenção a temas que correspondam as pessoas, a exemplo da discussão sobre o corpo, racialidades, gênero, sexualidades, gerações, etc.

Com influência de cunho interseccional autoras como Monk e Hanson (1989) sinalizam que a geografia feminista: “poderia contribuir para a mudança social a favor das mulheres e também enriqueceria a disciplina como um todo, mas também apontam claramente que as mulheres não são um grupo homogêneo”<sup>6</sup> (MONK; HANSON, 1989, p. 47-48),

---

<sup>5</sup> *Status Quo* ou *Statu quo* é uma expressão do latim que significa “estado atual”. Ou seja, a manutenção da atual ordem hegemônica.

<sup>6</sup> Tradução livre da autora. O original é: “poderia contribuir al cambio social en favor de las mujeres y también enriqueceria a la disciplina en su conjunto sino que también señalan con claridad que las mujeres no constituyen un grupo homogêneo” (MONK; HANSON, 1989, p. 47-48).



questões que já nos últimos anos do século passado indicavam para a guiada interseccional que os estudos de gênero, e entre eles os estudos feministas, passaram a ter no século XXI.

No texto intitulado *Sobre as desobediências epistemológicas e o testamento intelectual de Milton Santos*, a autora Silva e os autores Ornat e Chimin Junior (2016) falam sobre o empenho para se produzir “uma geografia brasileira capaz de trazer sujeitos generificados, sexualizados e racializados para o centro do debate científico” (p.13). Esse empenho se dá sobre uma intencionalidade em trabalhar com questões que perpassem o gênero, as sexualidades e racialidades, por exemplo, tendo em vista o quão cômodo seria trabalhar com temáticas que são legitimadas e reconhecidas como sendo geográficas, ao contrário das aqui mencionadas que são vistas como “meio fora de mão” da geografia (SOUZA, RATTS, 2017).

Silva (2009) nos indica que inicialmente as críticas a ciência moderna se deram sobre seus privilégios de gênero e raça, tendo em vista que uma ciência portadora de uma visão masculina, branca, europeia, cristã, etc, se apresenta enquanto neutra, objetiva e universal. Tanto as críticas feministas quanto as críticas antirracistas não são novas na geografia, sendo a primeira datada desde a década de 1970 (SILVA, 2009), enquanto as críticas antirracistas podem ser encontradas na geografia desde 1980 (GUIMARÃES, 2020), ambas sendo ampliadas no decorrer da virada para o século XXI.

Mas vale ressaltar que a epistemologia feminista na geografia se desenvolveu da mesma forma como o feminismo hegemônico se deu nas universidades e nos movimentos sociais. A geografia reproduziu por muito tempo uma geografia feminista racializada na branquitude, mas que não percebia isso.

Do mesmo modo que as críticas de racialidades, sexualidades, lugar de origem, etc foram tensionando o feminismo hegemônico transformando-o em feminismos, o mesmo acontece na geografia feminista, que na virada do século tem sido chamada de geografias feministas, para justamente indicar a multiplicidade de abordagens nessa temática. Souza *et al* (2020) nos diz que neste momento são incluídos aos estudos sobre gênero outras dimensões identitárias que se envolvem “na construção dos corpos e de suas espacialidades” (p.47), sendo o espaço fundamental para compreendermos como as identidades ali se constroem não apenas por serem mulheres ou homens.

Para finalizar a apresentação das reflexões iniciais que sustentam esta pesquisa, apresento um pouco da discussão sobre a necessidade de pensarmos ainda a origem institucional das/os autoras/es e sua região, pois essa questão é uma dimensão igualmente importante na construção dos imaginários e privilégios de pessoas e instituições.



Conforme resultados apresentados no próximo tópico, as regiões com maior concentração na divulgação de artigos *online* sobre racialidades na geografia brasileira são o sudeste, seguido do sul e do centro-oeste, porém quando atentamos as instituições e o vínculo de origem ao qual os periódicos se associam, observamos que a maioria se refere a Programas de Pós-Graduação – PPG considerados não centrais ou periféricos de acordo com os conceitos, que variam de 3 a 7, onde um PPG de 3 a 5, com menor avaliação, possui uma centralidade, demanda e oportunidades menores se comparado a um programa considerado excelente, com pontuação de 6 ou 7.

Fernanda Bauzys e Guilherme Ribeiro (2015) ao analisarem a expansão dos PPG em geografia no Brasil indicam que é apenas no início da década de 2010 que os cursos começam a se interiorizar no país. Segundo os autores, até 2014 existiam 57 programas de geografia recomendados pela CAPES no país, onde 29 possuem mestrado e doutorado e os outros 28 apenas o mestrado.

Contudo, para entender como o desenho nacional da pós-graduação em geografia se materializa no país, assim como acontece com a ciência brasileira, ao refletir a concentração econômica e política (MENDONÇA, 2005) se faz indispensável entendermos o seu início e o seu processo de ampliação nacional, em especial a partir dos anos 1990.

Nos anos finais do século XX a perspectiva neoliberal na educação ganhava espaço se consolidando fortemente na educação superior, o que nos leva a entender o momento em que os “apoios” convertem-se em patrocínios e financiamentos, gerando uma desigualdade econômica entre áreas, cursos e instituições. O que podemos observar em relação aos nossos dados e a literatura condiz, pois das 09 universidades aqui trabalhadas, 08 são públicas, indo novamente de encontro com o entendimento de que são as universidades públicas quem produz ciência no país.

A geógrafa Sandra Lencioni (2013) ao fazer uma análise sobre a emergência e esquecimento de temas na pós-graduação em geografia no Brasil, indica que apesar da maior parte da ciência geográfica se originar em instituições públicas, isso não garante uma blindagem das influências neoliberais na geografia, é justamente o contrário, o contexto deixa fortes marcas em nossos PPG.

Ter em mente a influência neoliberal no processo de avaliação de PPG e cursos de mestrado e doutorado deveria nos fazer entender a desleal forma de competitividade, mascarada em muitos argumentos que defendem uma “leal concorrência”, ideia basilar para uma perspectiva mercantil, o que promove por sua vez uma ideia muito mais competitiva do que cooperativa na geografia nacional, conforme autora:



A produção do conhecimento parece crescer, mas no fundo, o que há é, em geral, um empobrecimento das ideias, repetições, pouca inovação e saber. Além desse aspecto, essas classificações podem conter germes de perversidade e, mais acertadamente, de desprestígio. Por exemplo, ao se reconhecer que um dado programa é de excelência, de roldão se está desprestigiando aqueles que não conseguiram, ainda, esse rótulo (LENCIONI, p. 12, 2013).

Para o autor Edivaldo Thomaz (2011) tal processo avaliativo gera um círculo vicioso nos programas de pós, onde as que possuem maior conceito são também as que funcionam há mais tempo, tem mais estudantes, recursos, revistas, orientações, etc, que são elementos que impulsionam um maior número de divulgações científicas, ampliando uma rede de possibilidades.

Já os cursos com menor conceito são mais recentes e atuam em uma escala geralmente regional/local, o que os faz pertencer a uma rede de possibilidades menor que os cursos mais conceituados. O que o autor entende como círculo vicioso pode ser entendido como um resultado do colonialismo interno, conforme Francisco Mendonça (2005).

Na leitura de Mendonça (2005) o colonialismo interno perpetua a geopolítica concentrada e deslocacional que observamos na visão de “cursos excelentes e periféricos”. Por sua vez, os cursos, programas e instituições localizados nessa centralidade reproduzem, quase totalmente, um ensino e pesquisa que priorizam os mesmos autores, os que publicam em grandes editoras e revistas renomadas de acordo com sua Qualis, temas, conceitos e teorias.

Deste modo, as análises sobre a expansão e consolidação dos cursos de pós-graduação em geografia, assim como os dados apresentados no próximo tópico, convergem no que diz respeito a manutenção do seu perfil. Como veremos, mesmo que haja uma concentração regional tradicional no que tange as instituições, quando observamos os PPG vinculados à divulgação de racialidades na geografia, vemos que são os considerados periféricos, pois possuem uma maior flexibilidade no que diz respeito a emergência de temas e referências dissidentes na geografia, se comparados a programas considerados excelentes e tradicionais.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

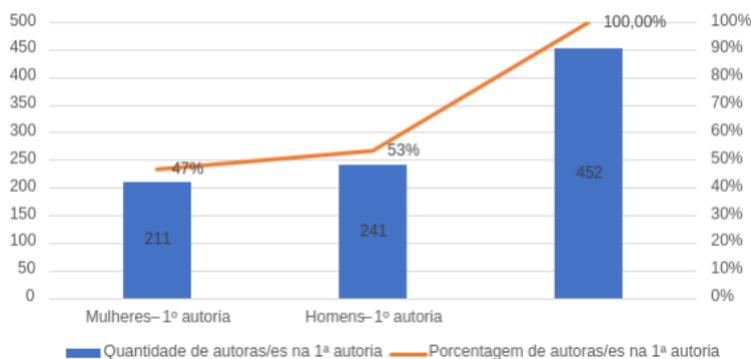
Nesta pesquisa estamos analisando gênero e raça de forma interseccionada por entender que a sua leitura social é conjunta em determinados corpos, em especial de mulheres não-brancas, tendo em vista que as mulheres brancas são vistas majoritariamente apenas como “mulheres”, sem dispor da sua branquitude.

O que pudemos observar na academia é que o fato de ser mulher influencia na sua aceitação e legitimação enquanto construtora do pensamento geográfico (SILVA, CESAR, PINTO 2020), da mesma forma que a raça também influenciará no reconhecimento de mulheres e homens não-brancas/os enquanto intelectuais (SOUZA, 2007) e, ao pensarmos em mulheres não brancas, o acúmulo de hierarquias e desigualdades sociais as colocam em um lugar social mais subjugado ainda.

Buscamos analisar os 452 artigos *online* sobre racialidades provenientes do Observatório da Geografia Brasileira (1939 a 2019), separados por autoria, gênero e procedência, de acordo com as regiões do país (norte, nordeste, sudeste, sul e centro-oeste).

O que podemos notar é que entre as autorias<sup>7</sup>, nacionais e internacionais, há um predomínio de uma produção masculina, sendo 220 autores e 195 autoras nacionais, e 23 autores e 14 autoras internacionais, de acordo com o gráfico 01.

Gráfico 01: Gênero da 1ª autoria dos artigos *online* sobre racialidades na geografia brasileira entre 1939 a 2019



Fonte: OGB de 1939 a 2019. Organizado por: Cíntia Silva, 2021.

Em relação a procedência dessa discussão, as regiões que mais originaram os artigos (pensando que não necessariamente se publica na mesma região em que a pessoa trabalha)

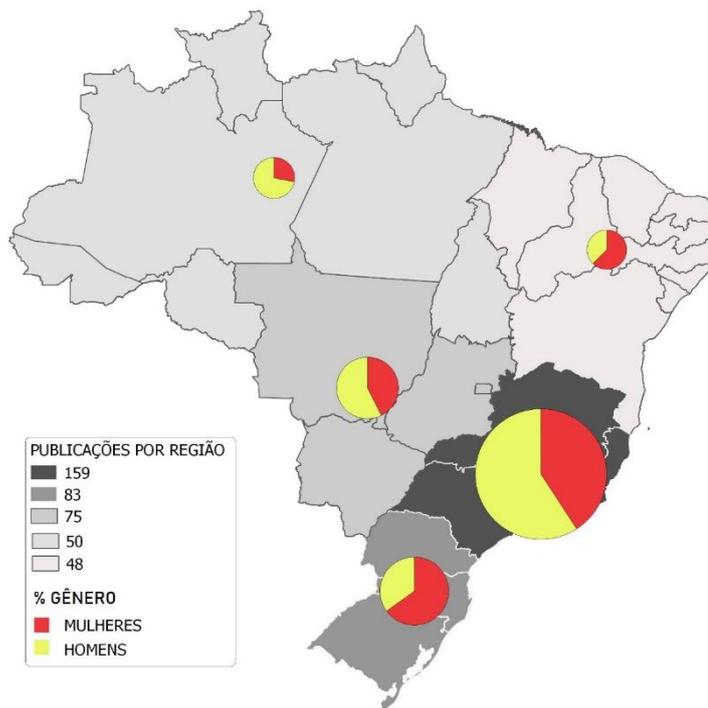
<sup>7</sup> Neste momento estamos considerando as autorias em relação ao/a primeiro/a autor/a, mesmo muitos dos trabalhos apresentando autoria composta, por compreender que geralmente a primeira autoria de um trabalho científico é quem desenvolve de forma central a proposta.



foram, em ordem decrescente: sudeste (159 artigos), sul (83 artigos) centro – oeste (75 artigos), norte (50 artigos) e nordeste (48 artigos).

Dividindo as autorias de cada região por gênero, identificamos que apenas nas regiões sul e nordeste o número de autoras em primeira autoria é maior, sendo respectivamente: 54 mulheres e 29 homens, e 30 mulheres e 18 homens, conforme figura 01.

Figura 01: Cartograma da origem regional das autorias dos artigos *online* sobre racialidades na geografia divididos por gênero da primeira autoria



Fonte: OGB de 1939 a 2019. Organizado por: GETE, 2021.

Vale ressaltar os avanços no que se refere ao número bruto de trabalhos desenvolvidos na temática, pois quando cruzamos os dados com o trabalho de Silva, Ornat, Cesar e Chimin Junior, publicado em 2018, ao analisarem os dados coletados ao longo dos 10 primeiros anos do OGB em relação aos elementos de gênero, sexualidades, raça e etnia, que contava, naquele período, com aproximadamente 7 mil artigos *online* coletados em 35 periódicos nacionais da geografia, os autores apresentaram como resultados até o ano de 2012 apenas 20 artigos publicados e 50 defesas em Programas de Pós-Graduações, entre dissertações e teses.

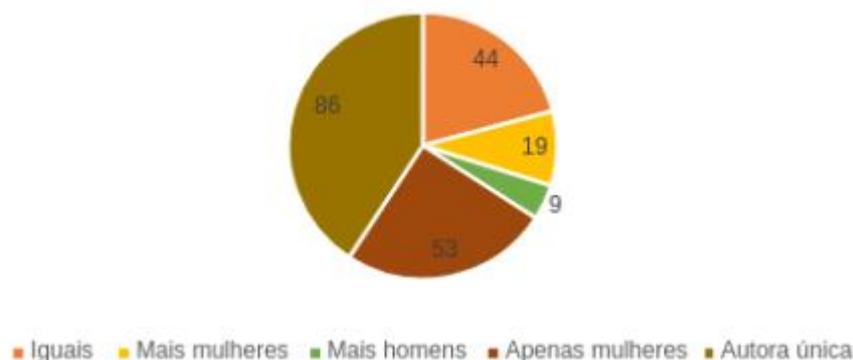
Em relação aos artigos *online*, foco deste trabalho, podemos notar um crescimento significativo nos últimos anos, tanto no que diz respeito ao quantitativo de trabalhos, mas também em relação à sua publicação em mais periódicos e com uma maior amplitude de temas possíveis de serem trabalhados na geografia.



Analisando o comportamento por gênero da autoria conjunta também encontramos uma pequena predominância masculina, onde entre todas as autorias (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª em alguns casos) há um total de 640 autoras/es, sendo 330 homens e 310 mulheres.

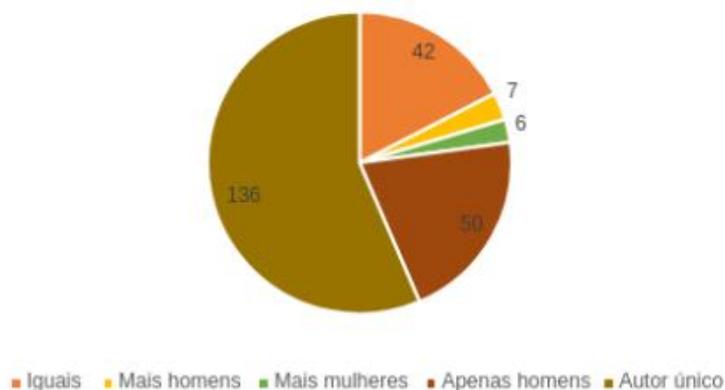
Ao compararmos padrões de comportamento e a rede que há para a composição de trabalhos com mais de um/a autor/a obtivemos um mesmo padrão identificado através dos gráficos 2 e 3, onde:

Gráfico 02: Comportamento da autoria de mulheres como primeiras autoras nos trabalhos de racialidades na geografia entre 1939 a 2019



Fonte: OGB. Organizado pela autora, 2021.

Gráfico 03: Comportamento da autoria de homens como primeiros autores nos trabalhos de racialidades na geografia entre 1939 a 2019



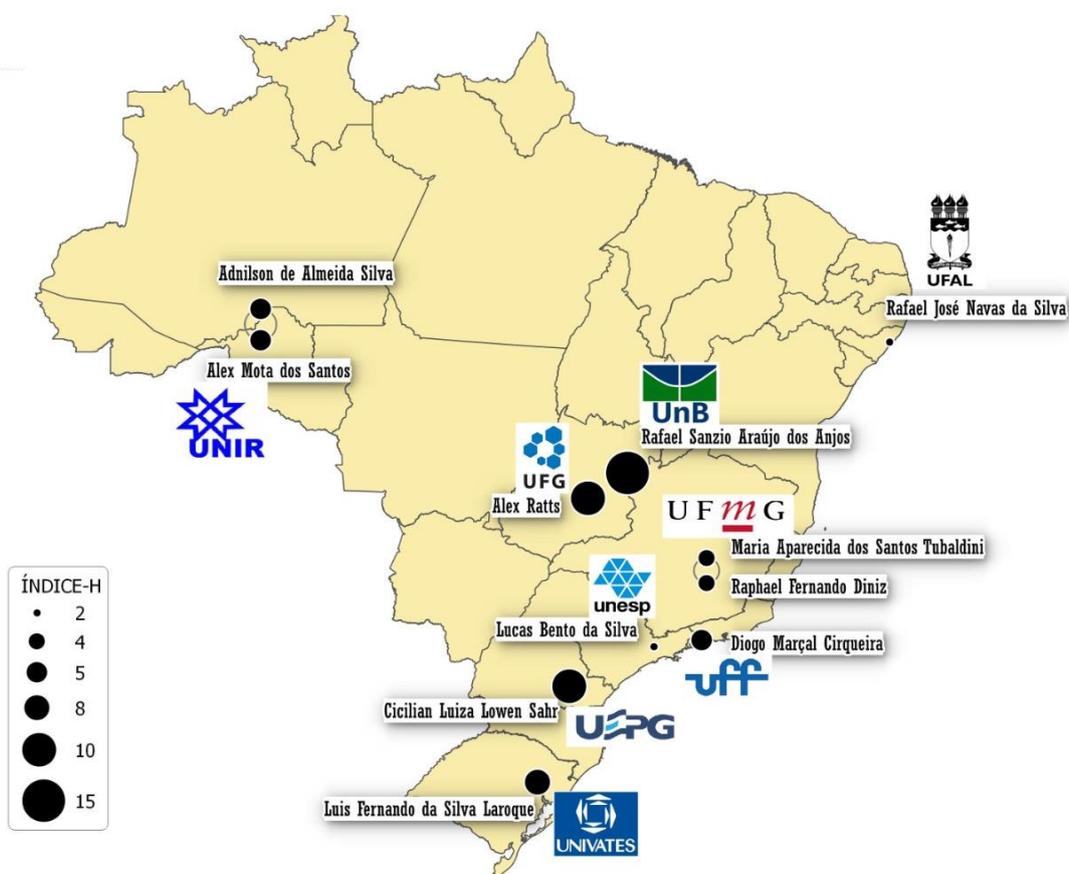
Fonte: OGB. Organizado pela autora, 2021.

O mesmo padrão de comportamento observado nos gráficos acima diz respeito a uma predominância de trabalhos com autoria única, onde de 211 trabalhos que possuem mulheres como primeiras autoras, 86 trabalhos (41%) são escritos apenas por uma intelectual, e 53 trabalhos (25%) são escritos por duas ou mais intelectuais – apenas mulheres. Já em relação aos 241 trabalhos que possuem homens como primeiros autores, 136 artigos (56%) são

escritos apenas por um autor, e 50 artigos (21%) são escritos por dois ou mais autores – apenas homens.

Buscamos ainda entender a origem institucional das pessoas que mais se destacam na área, para tal utilizamos o critério de seleção de cinco ou mais artigos, o que nos resultou em onze nomes identificados na figura 02. A escolha de cinco ou mais artigos se deu pela frequência de publicação da temática, indicando que são pessoas com pesquisas e resultados mais recorrentes na área e com inserção em espaços de divulgação científica.

Figura 02: Cartograma da origem institucional das autorias principais dos artigos *online* sobre racialidades na geografia



Fonte: OGB de 1939 a 2019. Organizado por: GETE, 2021.

Refletindo acerca da procedência institucional das onze pessoas com cinco ou mais publicações de artigos *online* sobre racialidades na geografia no recorte temporal analisado, podemos observar correspondência com a concentração espacial por regiões que também origina essa produção.

A autora Cesar (2019) em sua tese sobre o gênero na produção do conhecimento geográfico brasileiro também trabalha com as principais referências nacionais da geografia,



enquadrando as suas instituições de origem enquanto centrais ou periféricas, de acordo com a avaliação quadrienal feita pela Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em uma escala de 1 a 7 atribuída aos Programas de Pós-Graduação do país.

Sendo assim, ao considerarmos a procedência das onze referências apresentadas na figura 02 temos nove instituições, onde três delas são consideradas centrais pois possuem “notas de excelência” segundo a avaliação feita pela Capes, são elas as universidades: UFMG (6), UFF (6) e UNESP (7). Enquanto as demais universidades são consideradas periféricas, com notas atribuídas de 5 a 3.

Observamos que as universidades, majoritariamente, são públicas, com exceção da UNIVATES, fundada em 1969 no estado do Rio Grande do Sul, que é uma instituição comunitária de ensino superior sem fins lucrativos. Tal observação vai de encontro com o trabalho intitulado “A criação e expansão dos cursos de pós-graduação em geografia no Brasil: de 1971 a 2014” de Fernanda Bauzys e Guilherme Ribeiro (2015), na análise dos autores foi explanado que o crescimento, expansão e consolidação dos programas de pós-graduação em geografia no país, principais responsáveis pela produção científica geográfica, estão atrelados a instituições públicas.

Nesta lógica, podemos inferir que a concentração de programas que há nas regiões sudeste e sul do país, que são históricas e políticas, também influenciam em uma maior condição, legitimidade e visibilidade de suas produções, o que nos permite entender que nossos resultados são igualmente afetados por essas desigualdades regionais.

Conforme Bauzys e Ribeiro (2015) os programas de geografia mais antigos são os que atualmente possuem qualificações melhores e conseqüentemente tem capacidade material e imaterial de construir mais redes e captar mais recursos, sejam financeiros ou humanos, o que certamente afeta temas e pessoas que se propõem a construir uma narrativa própria que busque romper com imaginários hegemônicos, a exemplo de discussões que têm maior abertura para ocorrer em programas periféricos, como as geografias feministas, geografias negras, das sexualidades, etc.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho apresenta teórica e empiricamente como gênero e raça são marcadores de desigualdades visíveis na produção científica sobre as racialidades na geografia brasileira. Os resultados demonstram que há uma produção científica masculinizada que se concentra em especial nas regiões sul, sudeste e centro-oeste do país.



No referencial teórico apresentamos o diálogo das discussões provenientes do feminismo negro e das teorias de centralidade e periferia atreladas à geografia e à expansão e consolidação dos programas de pós-graduação em geografia, por entender que esse contexto influencia diretamente na possibilidade de aceitação, legitimação e divulgação de temáticas dissidentes, a exemplos de estudos que racializam o espaço.

Já nos resultados e discussões divulgamos a coleta de dados feita no Observatório da Geografia Brasileira, entre os anos de 1939 a 2019, em relação aos termos sobre racialidades, onde obtivemos o resultado de 452 artigos *online*. Neste momento evidenciamos a análise de gênero das autorias e a sua origem regional e institucional, afirmando que o contexto espacial influenciará na abertura de um espaço para divulgação da temática aqui analisada.

Ao identificar o quanto o campo das racialidades na geografia é masculino e periférico, assim como as publicações de gênero e sexualidades, também pudemos constatar um comportamento padrão em relação à forma de atuação nos artigos que possuem mais de um/a autor/a, sendo que majoritariamente autoras mulheres preferem publicar com outras mulheres e autores homens preferem publicar com outros homens.

Finalizamos indicando que este trabalho é resultado de uma pesquisa em nível de mestrado que se encontra em andamento, com previsão para conclusão em meados de 2022. Com isso, ressaltamos que diversos questionamentos ainda podem ser levantados a partir destes dados, entretanto, esperamos atrelar os dados às entrevistas de cunho qualitativo para uma compreensão mais completa sobre o entendimento das mulheres que produzem acerca das racialidades na geografia, em especial as mulheres negras, além de entender o que essas mulheres têm produzido em termos epistemológicos.

## REFERÊNCIAS

- BAUZY, Fernanda.; RIBEIRO, Guilherme. A criação e expansão dos cursos de pós-graduação em Geografia no Brasil: 1971 a 2014. **Anais do XV Encontro de Geógrafas/os da América Latina**, 2015. Havana, Cuba. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Ensenanzadelageografia/Investigacionydesarrolloeducativo/06.pdf>. Acesso em: outubro de 2021.
- BUTLER, Judith. Sujetos de sexo/gênero/deseo. In: BUTLER, Judith. **El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad**. Paidós, p. 45 – 100, 2007.
- CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 965 - 986, 2014.
- CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, trajetórias acadêmicas de mulheres e homens e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro**. Tese de Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.



- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: A significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99 - 127, 2016.
- GARCÍA- RAMON, María Dolors. Análisis de genero y la geografía: reflexiones en torno a um libro reciente. **Documents d'Analisi Geogràfica**, n. 6, p. 133 - 143, 1985.
- GONZALEZ, Lélia. "Por um feminismo afrolatinoamericano". **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133 - 141, 1988.
- GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geo-grafias Negras & Geografias Negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. Edição Especial "Geografias Negras". abr. 2020, p. 292 - 311. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/866>>. Acesso em: janeiro de 2021.
- LENCIONI, Sandra. Linhas de pesquisa da pós-graduação em geografia. Mudanças, esquecimentos e emergência de (novos) temas. **Revista da ANPEGE**, v. 9, n. 11, p. 5 - 19, 2013.
- LORDE, Audre. **La hermana, la extranjera**: artículos y conferencias. Madrid: Horas y horas, p. 1 - 69, 2003.
- MENDONÇA, Francisco. Temas, tendências e desafios da geografia na pós-graduação brasileira. **Revista da ANPEGE**, v. 2, n. 02, p. 7 - 20, 2005.
- MONK, Janice; HANSON, Susan. Temas de geografia feministas contemporânea. **Documents d'Analisi Geogràfica**. n. 14, p. 31 - 50, 1989.
- MONK, Janice; HANSON, Susan. Não excluem metade da humanidade da geografia humana. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs). **Geografias feministas e das sexualidades**: encontros e diferença. Toda Palavra, Ponta Grossa, p. 31 - 54, 2016 [1982].
- SANTANA, Camilla Martins. Feminismo e Ciência: possíveis avanços a partir de políticas feministas e de gênero na ciência. **Revista Pós**, n.2, v. 14, p. 35 - 57, 2019.
- SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, n. 8, v.1, p. 31 - 45, 2003.
- SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: SILVA, Joseli Maria (Org). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa, Toda Palavra, p. 25 - 54, 2009.
- SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. Sobre as desobediências epistemológicas e o testamento intelectual de Milton Santos. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs). **Geografias Feministas e das Sexualidades**: Encontros e Diferenças. Ponta Grossa: Toda Palavra, p. 13 - 30, 2016.
- SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. Corpos e marcadores de desigualdades na análise geográfica: gênero, sexualidade e racialidade. In: RATTTS, Alex et al (orgs). **Gênero e diversidade na escola**: Espaço e diferença - abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero. Goiânia: Gráfica UFG, p. 68 - 81, 2018.
- SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais. Fazendo Geografias Feministas: apontamentos sobre desobediências epistemológicas. In: ALVES, Flamarion Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro (Orgs). **Análises geográficas sobre o território brasileiro**: Dilemas estruturais à Covid-19. Editora UNIFAL - MG, p. 14 - 29, 2020.
- SILVA, Sulamita; SANTOS, Queila. A epistemologia do pensamento feminista negro no Brasil. **Minicurso apresentando no XI COPENE**, 2021.
- SILVA, Susana Veleda da. Geografia e gênero/ Geografia feminista, o que é isto?. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Universidade de Santa Cruz, n. 23, p. 105 - 111, 1998.



SILVA, Vitória Régia da. Para a biomédica Mellanie Dutra, o protagonismo feminino na ciência reafirma a importância das mulheres nesse espaço e inspira as próximas gerações. **Gênero e Número**. 10 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/protagonismo-feminino-ciencia/>>. Acesso em: junho de 2021.

SOUZA, Lorena Francisco de. Mulher Negra, Espacialidade e Representações: Dimensões raciais e de gênero na ciência geográfica. In: II Colóquio Nacional do NEER: Espaços Culturais: Vivências, imaginações e representações, 2007. Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: 2007. p. 1 – 15. Disponível em: <[http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/autor\\_1.html](http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/autor_1.html)>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

SOUZA, Lorena Francisco de; RATTTS, Alex. Escritas e Inscrições de Geógrafas Negras. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs). **Diálogos-Ibero-Latino-Americanos Sobre Geografias Feministas e das Sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, p. 151 - 166, 2017.

SOUZA, Lorena Francisco de. et al. Uma geografia das corporeidades e das diferenças. In: MATOS, Patrícia Francisca de; COSTA, Carmem Lúcia (Orgs). **Uma geografia do século XXI: Temas e tensões**. Curitiba: Editora CRV, p. 41 – 62, 2020.